

Doença holandesa

Luiz Carlos Bresser-Pereira, Nelson Marconi e José Luís Oreiro

Capítulo 5 de *Structuralist Development Macroeconomics*, Londres: Routledge, a ser publicado.

As duas causas da existência de uma taxa de câmbio cronicamente sobreapreciada nos países em desenvolvimento são a doença holandesa e entradas excessivas de capitais para financiar déficits em conta corrente desnecessários senão prejudiciais ao desenvolvimento econômico do país. A principal razão por que alguns desses países crescem rapidamente enquanto outros ficam para trás é o fato de esses países ou não têm doença holandesa (são poucos os países nessas condições), ou esta é uma doença leve e o consegue neutralizá-la com relativa facilidade (é o caso da maioria dos países asiáticos dinâmicos), ou sua doença holandesa é grave, mas o país consegue mesmo assim neutralizá-la, e, assim, acumular reservas e construir fundos soberanos, que lhe permitem tirar pleno benefício de sua vantagem competitiva originada em recursos naturais abundantes e baratos ou em mão-de-obra barata.

A doença holandesa é a sobreapreciação permanente da taxa de câmbio de um país resultante da existência de recursos naturais abundantes e baratos (ou de mão-de-obra barata combinada com um diferencial de salários elevado) que garantem rendas ricardianas aos países que os possuem e exportam as commodities com eles produzidos. Essa sobreapreciação decorre do fato que sua exportação dessas commodities é compatível com uma taxa de câmbio mais valorizada do que seria necessário para tornar competitivas empresas de outros setores de bens comercializáveis mesmo que elas utilizem tecnologia no estado da arte mundial. Os recursos naturais podem ser considerados “baratos” e geram rendas ricardianas para o país, porque seus custos de produção são menores do

que os que os que são incorridos pelos produtores marginais menos eficientes admitidos nesse mercado mundial.

A doença holandesa é uma falha de mercado que afeta quase todos os países em desenvolvimento, porque, como veremos mais adiante, se aplica também aos países com mão-de-obra barata e elevado diferencial de salários em relação ao diferencial existente nos países ricos. Neutralizada através da administração da taxa de câmbio, ela é uma benesse para o país; não neutralizada, ela obstrui permanentemente sua industrialização se esse país ainda não se industrializou, ou causar sua desindustrialização se o país houver antes a neutralizado, se industrializado, e, em seguida, liberalizar suas contas externas e, assim, deixar de proceder sua neutralização.

É uma falha muito grave porque ela é compatível a longo prazo com o equilíbrio em conta corrente do país, de forma que a sobreapreciação cambial pode permanecer ao longo do tempo sem que haja uma crise de balanço de pagamentos – algo que não ocorre com a outra fonte de sobreapreciação: as entradas de capital justificadas pela equivocada política de crescimento com poupança externa, porque estas causam endividamento crescente, provocam vulnerabilidade financeira externa, e tendem a terminar em crise do balanço de pagamentos.

O conceito da doença holandesa

A doença holandesa é um problema antigo, essencial para a compreensão do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, mas só foi identificada nos anos 1960, nos Países Baixos, onde a descoberta e exportação de gás natural apreciou a taxa de câmbio e ameaçou destruir toda a indústria manufatureira do país. Na década de 1980 surgiram os primeiros estudos acadêmicos sobre o tema e o primeiro modelo de doença holandesa (Corden e Neary 1982; Corden 1984). Em seu modelo, eles imaginaram uma economia com três setores, dois deles relacionados a bens comercializáveis (o setor de recursos naturais “booming” [*flourescente*] e o setor manufatureiro “lagging” [*atrasado*]) e um terceiro setor constituído de bens não comercializáveis. Sachs e Warner (2001), resumindo a

literatura sobre a doença holandesa, explicam-na por referência a um choque de riqueza no setor de recursos naturais, que cria um excesso de demanda no setor de bens não comercializáveis, implicando uma mudança nos preços relativos. A taxa de câmbio valorizada é definida pela mudança nos preços relativos que favorece os bens não comercializáveis. No modelo que apresentamos aqui, a partir de Bresser-Pereira (2008), a ênfase é colocada diretamente sobre a taxa de câmbio e na existência de duas taxas de câmbio de equilíbrio.

Podemos definir a doença holandesa de maneira muito simples: *a doença holandesa é a crônica sobreapreciação da taxa de câmbio de um país causada pela exploração de recursos abundantes e baratos, cuja produção e exportação é compatível com uma taxa de câmbio claramente mais apreciada que a taxa de câmbio que torna competitivas internacionalmente as demais empresas de bens comercializáveis que usam a tecnologia mais moderna existente no mundo.* É um fenômeno estrutural que cria obstáculos à industrialização ou, se tiver sido neutralizada e o país se industrializou, mas, depois, deixou de sê-lo, provoca desindustrialização.

A doença holandesa é uma falha de mercado que gera externalidades negativas nos outros setores de bens e serviços comercializáveis da economia impedindo esses setores de se desenvolverem não obstante usem a melhor tecnologia e as melhores práticas administrativas. É uma falha de mercado que implica a existência de uma diferença entre a taxa de câmbio que equilibra intertemporalmente a conta corrente do país e a taxa de câmbio que permite a existência de setores econômicos eficientes de bens e serviços comercializáveis além daqueles beneficiados por rendas ricardianas. Somente quando a doença holandesa for neutralizada o mercado estará apto a tornar a taxa de câmbio de mercado próxima do segundo equilíbrio e, assim, alocar eficazmente os recursos e de encorajar o investimento e a inovação.

Commodities dão origem à doença holandesa porque são beneficiadas por rendas ricardianas. Nos termos do clássico conceito de David Ricardo, seu preço de mercado é definido no mercado internacional pelo produtor marginal menos eficiente que é admitido no mercado. A diferença entre o custo correspondente a

esse preço e o custo de um país em produzir a commodity graças a seus recursos naturais é a renda ricardiana. Geralmente a doença holandesa está associada a um único (o petróleo) ou a um número limitado de bens produzidos com esses recursos naturais. Enquanto, no modelo de Ricardo, as rendas ricardianas beneficiam somente os proprietários das terras mais produtivas, no caso da doença holandesa, se elas não forem neutralizadas, beneficiarão, no curto prazo, todos consumidores do país, porque eles compram bens comercializáveis mais baratos do que os que prevaleceriam se a taxa de câmbio estivesse no equilíbrio. Mas os prejudica no médio prazo, porque inviabilizam a industrialização ou, mais amplamente, a transferência de mão-de-obra para setores com valor adicionado per capita – transferência essa que é principal origem do aumento da produtividade e do desenvolvimento econômico.

No modelo que estamos apresentando e ao contrário do que acontece no caso das rendas ricardianas originais, não há diferença de produtividade entre os produtores locais, mas apenas uma diferença na produtividade do país em relação ao preço internacional (ou seja, entre a média dos produtores locais e a média dos produtores de outros países). Se houver uma diferença de produtividade, haverá também rendas ricardianas entre os produtores na medida em que a taxa de câmbio tende a convergir para aquela que favorece o produtor local mais ineficiente, mas não discutiremos este caso. O que é relevante para que se compreenda a doença holandesa são as rendas ricardianas que o país como um todo auferir, e o que ele faz com elas. Se seu governo as deixar sem administração ou neutralização, elas serão distribuídas por todos os consumidores, e a indústria manufatureira estará inviabilizada.

O modelo de doença holandesa que apresentamos neste capítulo é uma versão aperfeiçoada do primeiro (Bresser-Pereira 2007) no qual a definição de duas taxas de câmbio de equilíbrio quando há doença holandesa – a taxa de câmbio de equilíbrio corrente e a de equilíbrio industrial – já estava clara, mas a existência de um *valor* para a taxa de câmbio associado um “preço necessário” em torno do qual flutua a taxa de câmbio de mercado, valor esse que, no caso de existência de doença holandesa, se subdivide em um preço necessário corrente e um preço necessário industrial, estava apenas sugerida. No capítulo seguinte

relacionaremos também com mais clareza a neutralização da doença holandesa via a imposição de um imposto sobre as exportações das commodities que lhe dão origem com esse valor.

Este é o segundo modelo sobre a doença holandesa. O primeiro, de Corden e Neary (1982, 1984) foi uma importante contribuição, mas é um modelo neoclássico que não coloca no seu centro a taxa de câmbio mas a existência de dois setores. Além disso, é um modelo neoclássico de curto prazo que se preocupa com a mudança causada pela exploração e exportação de petróleo, e é um modelo macroeconômico apenas parcialmente porque não tem moeda e supõe o pleno emprego. Já o modelo que apresento é keynesiano-estruturalista, e adota o conceito clássico de valor-trabalho, ou, mais praticamente, de custo mais margem de lucro razoável ou satisfatória para estimular os empresários a investir.

Duas taxas de câmbio de equilíbrio

A ideia central deste capítulo é que, quando existe a doença holandesa, mesmo os bens produzidos com tecnologia de ponta não são viáveis economicamente em um mercado competitivo. Se uma empresa de alta tecnologia se estabelece em um país afetado por essa doença (todos os outros fatores de competitividade sendo iguais), ela só será viável se sua produtividade for maior do que a obtida por países concorrentes, em grau maior ou igual ao da valorização causada pela doença. Esse fato leva à conclusão de que, em países que sofrem da doença holandesa, além da taxa de câmbio vigente em cada momento no mercado, há duas taxas de câmbio de equilíbrio: a taxa de câmbio *de equilíbrio corrente* – que equilibra intertemporalmente a conta corrente de um país e é portanto também a taxa em torno da qual a taxa de câmbio nominal deverá flutuar, ou, em outras palavras, a taxa de câmbio para a qual o mercado deveria convergir não havendo outros fatores interferindo como a entrada e a saída de capitais; e a taxa de câmbio *de equilíbrio industrial* – a taxa que torna competitiva empresas produtoras de bens e serviços comercializáveis internacionalmente que usem tecnologia no estado da arte mundial, e, portanto, a taxa de câmbio em torno da

qual *deveria* flutuar a taxa nominal de câmbio. Além dessas duas taxa de *equilíbrio* existe naturalmente a taxa verdadeiramente existente que denominaremos de taxa de câmbio nominal.

A taxa de câmbio de equilíbrio industrial é a *verdadeira* taxa de equilíbrio, é a taxa de câmbio competitiva do país que ele deve buscar para se desenvolver. O fato de ela ser diferente da taxa de equilíbrio corrente revela grave falha de mercado, porque vai contra os princípios elementares da teoria econômica de acordo com os quais em uma economia de mercado as empresas eficientes não sejam competitivas. Em um país sem doença holandesa a taxa de câmbio de equilíbrio corresponde ao equilíbrio dos preços relativos, ou, em outras palavras, obedece a uma lei fundamental da teoria econômica – a da tendência à equiparação das taxas de lucro. Ora, quando temos a doença holandesa, não é a taxa de câmbio de equilíbrio corrente, mas a taxa de câmbio de equilíbrio industrial – aquela que resulta da neutralização da doença holandesa via administração da taxa de câmbio – que corresponde a esse equilíbrio ou a essa razoável equiparação das taxas de lucro. Portanto, quando um país se beneficia de rendas ricardianas, terá duas taxas de câmbio de equilíbrio – a taxa de câmbio de equilíbrio corrente, ε_c , e a taxa de câmbio de equilíbrio industrial, ε_i .

Havendo doença holandesa, e não sendo ela neutralizada, as empresas “potenciais” (que poderiam ser constituídas com utilização de tecnologia no estado da arte mundial) terão expectativa de taxas de lucro negativas e serão, portanto, inviáveis; se a doença holandesa houvesse sido neutralizada e a industrialização houvesse ocorrido, mas a partir de um certo momento essa neutralização é abandonada em nome do liberalismo econômico, as empresas produtoras de bens comercializáveis verão sua taxa de lucro reduzir-se ou se tornar negativa (dependendo da gravidade da doença), e o país entrará em processo de desindustrialização prematura.ⁱ Nos dois casos não há a igualdade de oportunidades entre as empresas competidoras a nível mundial que é pressuposto do bom funcionamento do mercado.

A taxa de câmbio em termos simples, *em termos de preço*, é o preço da moeda estrangeira, é a taxa nominal de câmbio, ε ; é o resultado da oferta de moeda

estrangeira causado pelas exportações e pelas entradas de capital e da demanda de moeda estrangeiras derivada das exportações, remessas líquidas de lucro, e saídas de capital. Ela está em equilíbrio quando a conta corrente do país está equilibrada. As entradas e saídas de capital fazem com que ela perca a capacidade de equilibrar a conta corrente do país. Medida em termos de moeda nacional, a taxa de câmbio é igual ao preço em moeda nacional da mercadoria representativa, $p_{x\#}$, dividida pelo seu preço em moeda estrangeira, $p_{x\$}$.

$$\varepsilon = p_{x\#} / p_{x\$}$$

Mas podemos pensar a taxa de câmbio também *em termos de valor*. Da mesma forma que o valor de uma mercadoria corresponde ao custo mais margem de lucro razoável, satisfatória para motivar as empresas eficientes investirem, o valor da taxa de câmbio corresponde à taxa de que cobre o custo mais margem de lucro razoável das empresas eficientes (que usam tecnologia no estado da arte mundial) que produzem bens comercializáveis internacionalmente. Em torno desse valor flutua a taxa de câmbio de mercado em função da oferta e da procura de moeda estrangeira. Em termos de valor, o preço necessário para a taxa de câmbio que corresponde tanto à taxa de câmbio de equilíbrio corrente quanto à de equilíbrio industrial. Em relação às mercadorias em geral, portanto, o preço necessário corrente e preço necessário industrial são iguais, e correspondem à taxa de câmbio de equilíbrio corrente, ε_c .

$$p_{xc\#} = p_{xi\#} = \varepsilon_c$$

Já quando existe doença holandesa é preciso distinguir dois preços em termos de valor: o *preço necessário corrente*, $p_{xc\#}$, que é o preço necessário e satisfatório para as empresas que produzem e exportam a(s) commodity(ies) que originam a doença holandesa, enquanto que o *preço necessário industrial*, $p_{xi\#}$, é o preço necessário e satisfatório para as demais empresas eficientes, que utilizam tecnologia no estado da arte mundial, produtoras de bens comercializáveis. Ao preço necessário corrente corresponde a taxa de câmbio de equilíbrio corrente, que é, portanto um conceito de taxa de câmbio em termos de valor, da mesma

forma que ao preço necessário industrial corresponde a taxa de câmbio de equilíbrio industrial.

$$P_{xc\#} = \varepsilon_c$$

$$P_{xi\#} = \varepsilon_i$$

A taxa de câmbio de mercado *flutua* em torno do preço necessário corrente, $p_{xc\#}$, em função da oferta e da procura de moeda estrangeira, considerada nestas os fluxos de capital e não apenas as despesas de exportação e as receitas de importação. Flutua em torno dele e não em torno da taxa de câmbio de equilíbrio industrial, porque o preço necessário corrente está referido aos bens comercializáveis mais baratos, com custo mais margem de lucro razoável menor (as commodities que originam a doença holandesa), e são sempre os bens com custo menor que determinam o valor dominante, o preço de equilíbrio corrente. Em outras palavras, a taxa de câmbio de mercado flutua em torno do equilíbrio corrente porque o preço necessário corrente é menor (a taxa de câmbio mais apreciada) do que o preço necessário industrial.

$$p_{xc\#} < p_{xi\#}$$

Como a taxa de câmbio de mercado flutuará em torno do equilíbrio corrente, as demais empresas produtoras de bens comercializáveis (aquelas que não se beneficiam de rendas ricardianas) se revelarão inviáveis economicamente embora utilizem tecnologia no estado da arte mundial, porque seu preço necessário industrial é maior (mais depreciado) do que o preço necessário corrente. Tanto o preço necessário corrente quanto o preço necessário industrial são preços representativos da média das mercadorias; são iguais quando não há doença holandesa, e são compatíveis com a taxa de equilíbrio corrente (que não é a mesma coisa que o equilíbrio efetivo da conta corrente dada a oferta e a demanda de moeda estrangeira).

O preço necessário (tanto o corrente quanto o industrial) depende da produtividade média das empresas eficientes que produzem bens comercializáveis e dos salários médios que elas pagam, ou, em outras palavras,

do custo unitário da mão-de-obra (salário dividido por produtividade). Podemos, assim, ter uma ideia das variações do preço necessário industrial através da comparação do custo unitário da mão-de-obra do país comparado com o de uma cesta de moedas proporcional ao comércio externo do país e vendo como ele se comporta. E se tivermos razões para crer que, em determinado período, o preço necessário industrial e o preço necessário corrente, ou a taxa de câmbio de equilíbrio industrial e a taxa de câmbio de equilíbrio corrente foram razoavelmente iguais, poderemos através da evolução do custo unitário da mão-de-obra avaliar a diferença entre os dois preços. É preciso, porém, observar que a diferença entre o preço corrente e o preço necessário ou entre as duas taxas deve ser suficientemente grande e constante para que se possa falar em doença holandesa. Caso contrário, ela estaria presente sempre que houvesse uma vantagem comparativa e, portanto, sempre que houvesse comércio.

Estivemos até agora supondo que os fluxos de capitais estejam próximos de zero, e que as contas externas (exportações e importações inclusive serviços) estão equilibradas, e, por isso, o preço necessário corrente e a taxa de câmbio de equilíbrio corrente correspondem a uma taxa de câmbio nominal que zera o déficit em conta corrente do país. Entretanto se não for assim, se o país estiver tentando crescer com poupança externa, e tiver um déficit em sua conta corrente coberto por entradas de capitais, a taxa de câmbio nominal será mais apreciada (ou mais baixa) do que a taxa de câmbio de equilíbrio corrente, e teremos déficit em conta corrente, porque para um determinado déficit em conta corrente corresponde uma taxa de câmbio mais apreciada do que aquela que prevaleceria fosse zero o déficit em conta corrente. O fluxo de capitais entra, portanto, no modelo como forma de financiamento líquido dos déficits em conta corrente.

Quanto à flutuação ou à volatilidade da taxa de câmbio nominal, ela será tanto maior quanto mais voláteis e imprevisíveis forem os fluxos de capital, que serão provavelmente tanto maiores quanto maior for o déficit em conta corrente. Conforme veremos, a forma de neutralizar a doença holandesa é através de um imposto que muda o valor ou o preço necessário das commodities equalizando-os ao preço necessário das demais mercadorias e serviços comercializáveis. Mas essa neutralização no plano do valor será, por sua vez, neutralizada caso o país

decida tentar crescer com déficit em conta corrente ou poupança externa, ignorando que há, como veremos no Capítulo 7, uma elevada taxa de substituição da poupança interna pela externa. Nesse caso, não obstante o imposto seja suficiente para neutralizar a doença holandesa, dependendo do tamanho das entradas de capital para financiar o déficit em conta corrente, elas anularão a depreciação causada pelo imposto; a doença holandesa estará neutralizada mas as empresas eficientes produtoras de bens comercializáveis continuarão economicamente inviáveis.

Gravidade da doença holandesa

A gravidade ou intensidade da doença holandesa, g , será tanto maior quanto maior for a diferença entre a taxa de câmbio de equilíbrio industrial e a taxa de câmbio de equilíbrio corrente, em relação à primeira dessas taxas:

$$g = (\varepsilon_i - \varepsilon_c) / \varepsilon_i$$

Por que varia a diferença entre as duas taxas e, portanto, a gravidade da doença holandesa? Essa diferença será tanto maior quanto maior for a renda ricardiana envolvida. Ora, as rendas ricardianas obtidas variam de momento para momento, dependendo do preço internacional do bem, e diferem de país para país, dependendo do custo de explorar o recurso natural (na indústria do petróleo esses custos variam enormemente). Por isso, a doença holandesa afeta os países em diferentes graus ou intensidades dependendo dessas duas variáveis: o preço internacional e o custo de produção.

Para se compreender melhor o que estamos afirmando, suponhamos três países que exploram e exportam petróleo, em um momento em que o preço internacional do barril de petróleo é de US\$ 100.00 por barril, o preço industrial necessário é \$200.00, e a taxa de câmbio de equilíbrio industrial necessária para que as empresas produzam e exportem ou enfrentem a concorrência estrangeira é \$2.00. Se as empresas não tivessem rendas ricardianas e, portanto, não tivessem custos diferentes, taxa de câmbio corrente seria também \$2.00, igual à industrial. Mas, no nosso exemplo, no país A, o custo mais margem de lucro

razoável para as empresas exportadoras de commodities é #140.00, no país B, #100.00, e no país C, #40.00; as correspondentes rendas ricardianas são #60.00, #100.00 e #160.00. Sendo assim, os exportadores de commodities no país A estarão satisfeitos com uma taxa de câmbio de equilíbrio corrente, \$1.60; os exportadores do país B, com uma taxa de \$1.00; e os do país C, com uma taxa de equilíbrio corrente de #40.00. Assim, nesses três países as taxas de câmbio girarão em torno dessas três taxas. No segundo e no terceiro país, a indústria manufatureira será praticamente inviável a não ser que haja tarifas muito altas ou a simples proibição de se importar determinadas mercadorias; as exportações industriais estarão inviabilizadas. No país A tarifas moderadas poderão permitir a sobrevivência de empresas eficientes; apenas empresas manufatureiras incrivelmente eficientes, ou cujo conteúdo importado seja muito grande poderão exportar.

A última frase do parágrafo anterior lembra que é ainda necessário considerar uma outra variável para se avaliar a gravidade da doença holandesa: a porcentagem de valor adicionado estrangeiro na produção dos bens industriais. Até agora estávamos supondo que fosse desprezível. Entretanto, na globalização essa porcentagem tende a aumentar. Na medida em que ela aumenta, a gravidade holandesa diminui para cada empresa em particular e para a média das empresas.

Doença holandesa e desindustrialização

Podemos identificar três condições paradigmáticas de incidência da doença holandesa: a descoberta de recursos naturais que incorporam rendas ricardianas em um país pobre que inviabiliza a industrialização desse país, a mesma descoberta em um país rico que leva à desindustrialização enquanto não for devidamente neutralizada, e, finalmente, a liberalização radical das contas externas do país, comerciais e financeiras, que implica abandono das políticas que neutralizam a doença holandesa e levam igualmente à desindustrialização prematura. O primeiro caso é o da Arábia Saudita, da Venezuela, e de muitos outros países pobres; o segundo, da Holanda e do Reino Unido; o terceiro, do

Brasil, da Argentina e do México. No primeiro caso, ela sempre existiu e impediu a industrialização e, portanto, o desenvolvimento econômico, como é o caso de muitos países produtores de petróleo; no segundo, mais raro, foi afinal o que, ocorrendo na Holanda, deu origem à expressão “doença holandesa”, porque os holandeses compreenderam que enfrentavam uma doença econômica ao descobrir e explorar o gás de petróleo nos anos 1960. A terceira aconteceu principalmente nos países mais desenvolvidos da América Latina que haviam se industrializado entre 1930 e 1980, adotando várias maneiras de neutralização da doença holandesa (especialmente taxas múltiplas de câmbio) embora não tivessem seu conceito perfeitamente claro, e se desindustrializam a partir de então devido a terem adotado de maneira radical a liberalização econômica proposta pela ideologia neoliberal. Tantos nesses países latino-americanos como no Reino Unido a doença holandesa fez com que a desindustrialização se tornasse “prematura”, mesmo levando-se em conta a economia de trabalho cada vez maior proporcionada pelo progresso tecnológico. Conforme *verificou* Gabriel Palma (2013: 14), nos países atingidos pela doença holandesa que estão nos casos dois e três (Reino Unido e Holanda de um lado, países latino-americanos do outro), “la caída del empleo manufacturero fue claramente superior a lo que hubiera podido anticiparse”.ⁱⁱ

Neste terceiro caso, o país tem abundantes recursos naturais e os exporta, mas mesmo assim alcançou a industrialização e, portanto, neutralizou a doença holandesa. Alternativa ou adicionalmente à política de neutralização da doença holandesa através de taxas múltiplas de câmbio, os países adotam altas tarifas de importação (que, em parte são medidas de proteção à indústria infante, em parte, de neutralização da doença holandesa do ponto de vista das importações). Quando, além das tarifas de importação adotam subsídios à exportação de manufaturados, como fizeram o Brasil e o México principalmente nos anos 1970, temos uma sistema de neutralização completo, alternativo às taxas múltiplas de câmbio, no qual se pode ver, inclusive, como um *imposto implícito* sobre a exportação das commodities faz parte dele, como veremos no próximo capítulo.

– geralmente fazendo uso de impostos de importação e subsídios à exportação. Entretanto, sob pressão internacional, acusado de “proteccionismo”, esse país

abandonou a neutralização em nome da liberalização do comércio, apesar do fato de não haver, na verdade, nenhum protecionismo naqueles impostos, mas a mera neutralização de uma falha de mercado. Como consequência da liberalização, a taxa de câmbio efetiva realmente se valoriza, se levarmos em conta, ao medir a taxa de câmbio antes da liberalização, os impostos e subsídios que a tornaram realmente mais depreciada. A apreciação não é imediatamente percebida, uma vez que está disfarçada pelo fato de parte da apreciação resultar da eliminação de impostos e subsídios. Mas o setor manufatureiro do país logo começa a sofrer os efeitos da apreciação, e a desindustrialização prematura está em andamento. Se a doença não for muito intensa, como no caso do país C, os sintomas de desindustrialização não serão claros, embora se reflitam na menor participação do setor manufatureiro no PIB e nas exportações líquidas (em termos de valor agregado).

Se o país abandonar a neutralização com ou sem um aumento dos preços internacionais, ele só será capaz de manter setores manufatureiros e serviços comercializáveis com tarifa zero de importação se a gravidade da doença holandesa for suficientemente baixa para ser compensada por uma possível maior produtividade do país sobre seus concorrentes internacionais. Geralmente, no entanto, a taxa de câmbio agora sobrevalorizada comprometerá gradualmente os setores de bens comercializáveis, um a um. Diante do fato de que suas vendas externas não são mais lucrativas, e que a importação de bens concorrentes está crescendo, as empresas irão primeiro redobrar seus esforços para aumentar a produtividade; depois reduzirão ou suspenderão as exportações, ou aumentarão a parcela de componentes importados de sua produção, a fim de reduzir custos; por último, à medida que esse processo continua, elas se tornarão meras importadoras e fabricantes do bem que reexportam ou vendem no mercado interno. Em outras palavras, a indústria de transformação do país torna-se gradualmente uma "maquiladora" ou apenas uma "indústria maquila".ⁱⁱⁱ A desindustrialização está em curso. As vendas das empresas da indústria de transformação e mesmo de suas exportações podem continuar a apresentar ganhos elevados, mas seu valor agregado diminuirá, bem

como seu valor agregado per capita, como veremos a seguir, porque os componentes com maior conteúdo tecnológico serão cada vez mais importados.

Quando a economia chega nesse ponto, e torna-se evidente a desindustrialização prematura, os economistas convencionais e os exportadores de commodities geralmente adotam como estratégia negar que a desindustrialização esteja ocorrendo, que este fato se deva à sobreapreciação do câmbio, e que esta sobreapreciação seja consequência, além do fato de estarem havendo entradas excessivas de capitais, da doença holandesa. Os sintomas da doença holandesa e da desindustrialização, porém, continuam a se manifestar através da redução da participação do setor manufatureiro no produto nacional, através de um déficit comercial cada vez maior da indústria de transformação, do aumento dos componentes importados na produção, na diminuição relativa das exportações de produtos manufaturados em termos absolutos e principalmente em termos de valor agregado exportado, e na gradual diminuição da exportação de bens com alto valor agregado. Como no caso da participação das exportações de produtos manufaturados em geral, a participação de produtos manufaturados com elevado conteúdo tecnológico nas importações é enganosa, porque as exportações brutas (que não incluem importações de insumos) das empresas, todas em processo de transformação em "maquilas", continuam altas; o que diminui é sua participação em termos de valor agregado, mas os dados sobre isto nem sempre estão disponíveis.

A razão pela qual bens com elevado conteúdo tecnológico são mais afetados pela doença holandesa só ficará clara à luz do conceito de doença holandesa "ampliada" discutido anteriormente. Só os setores industriais com elevada participação de mão-de-obra barata continuam competitivos a partir do momento em que o país deixa de neutralizar a doença holandesa. Podemos atribuir esse fato a um processo mais geral, que é a divisão do trabalho em nível internacional, mas isto é um equívoco. Através desse processo, as tarefas com maior valor agregado per capita e que requerem mão-de-obra mais qualificada, constituída principalmente por administradores e comunicadores, são executadas em países ricos, que possuem esse tipo de mão-de-obra em abundância, enquanto tarefas padronizadas ou codificadas são transferidas para

trabalhadores com baixos salários nos países em desenvolvimento. É esse processo de divisão do trabalho que dá origem às "empresas maquiladoras" que há muito se instalaram na fronteira entre o México e os Estados Unidos, resulta da baixa qualificação da mão-de-obra disponível no país. No caso da desindustrialização prematura que ocorre em países que há se industrializou o problema é outro. O processo de transformação da indústria manufatureira do país em uma grande maquila mexicana é consequência do fato de que o país deixou de neutralizar a doença holandesa. No período de industrialização acelerada o país havia logrado melhorar a qualidade técnica de sua mão-de-obra. Mas agora, quando a liberalização comercial e financeira termina com o controle do país sobre sua taxa de câmbio, e, portanto, o país deixa de neutralizar sua doença holandesa, essa mão-de-obra mais qualificada não encontrará emprego. A desindustrialização prematura e a transformação do país em uma grande maquila implicam em baixas taxas de crescimento e subemprego de pessoal qualificado.

Em síntese, os sintomas mais importantes da doença holandesa são a sobreapreciação da taxa de câmbio, o baixo crescimento do setor manufatureiro, o rápido aumento do setor de serviços, os altos salários médios e o desemprego (Oomes e Kalcheva 2007). O desemprego ou a subutilização de recursos é um sintoma importante. Como a doença holandesa é uma falha de mercado do lado da demanda que limita as oportunidades de investimento na indústria manufatureira, ela existe somente quando há desemprego dos recursos humanos de um país – quando o país tem condições técnicas e administrativas para investir na produção de bens com tecnologia mais sofisticada e maiores salários, mas a taxa de câmbio sobreapreciada impede que esses investimentos sejam feitos. Na grande maioria dos países em desenvolvimento existe esse desemprego ou essa subutilização.

Na medida em que a doença holandesa não é neutralizada, os salários deveriam ser artificialmente altos no país com doença holandesa. Altos, porque seriam mais baixos se a taxa de câmbio estivesse no equilíbrio industrial. Entretanto, o que vemos são salários muito baixos. Salários de subsistência. Porque, na medida em que a mão-de-obra nacional é abundante e desorganizada, os salários não são

definidos pela oferta e pela demanda, mas pelo custo de reprodução da mão-de-obra. Para onde vão, então, as rendas ricardianas da doença holandesa? Vão para as elites que se aproveitarão da sobreapreciação cambial para consumir bens de luxo na metrópole. Sua distribuição será diferente de país para país, dependendo da capacidade de busca de rendas dos vários grupos.

Por que não se especializar em commodities?

Além da desclassificação da doença holandesa através do conceito de maldição de recursos naturais, existe uma outra maneira de alcançar o mesmo resultado. É dizer que ela não traz prejuízo para o país porque a industrialização não é condição do desenvolvimento econômico. Essa é uma tese tradicional da teoria econômica neoclássica – uma tese sempre rejeitada pela experiência histórica mas sempre repetida pelos adeptos de uma teoria hipotético-dedutiva sem compromisso com a realidade. Em relação à doença holandesa, esse foi o partido adotado Lederman e Maloney (2007) que escrevem um livro inteiro para mostrar que a doença holandesa não existe, que não há nada de mal em um país se especializar na produção de commodities.

De acordo com o pensamento neoclássico não é errado que um país se especialize exclusivamente na exploração de seus recursos naturais. Ele está apenas se beneficiando da suas “vantagens comparativas” e alocando seus recursos racionalmente onde eles são mais lucrativos. A industrialização não seria necessária para o crescimento econômico. Não discutirei aqui esse argumento cuja crítica tem uma longa história na teoria econômica e particularmente na teoria estruturalista do desenvolvimento. Apenas observo, que um país desenvolvido como a Holanda não parece ter raciocinado em termos neoclássicos, porque identificou o problema como uma doença que estava destruindo sua indústria de transformação, e tratou de neutralizá-la. Terceiro, que os noruegueses também não se deixaram convencer pelo raciocínio neoclássico absurdo e, quando descobriram petróleo, trataram de neutralizar a doença com competência impondo um elevado imposto sobre a exploração do petróleo e criando um fundo soberano para nele investir os recursos do imposto.

Não vamos também voltar às críticas clássicas à “lei” das vantagens comparativas. Não vamos repetir os argumentos relativos à indústria infante que Alexander Hamilton já utilizava em 1791 para defender os interesses dos Estados Unidos. Nem a tese de Prebisch que demonstrou que os países em desenvolvimento deviam se industrializar porque os países ricos conservam para si os ganhos de produtividade ao invés de transformá-los em baixa de preços que beneficiaria a todos os importadores dos bens industriais. Mesmo que os números não tivessem mostrado que houve uma deterioração dos termos de troca dos países produtores de bens primários – que a relação de trocas secular houvesse se mantido constante – a tese de Raul Prebisch e de Hans Singer teria sido confirmada, porque o aumento da produtividade maior na indústria manufatureira do que na agricultura deveria ter provocado a *melhoria* das relações de troca dos países produtores de commodities.

Vamos apenas acrescentar um argumento metodológico. A assim chamada lei das vantagens comparativas do comércio internacional não é uma verdadeira *teoria* econômica, mas um mero *raciocínio* econômico. Nos termos do método histórico-dedutivo, uma teoria econômica é uma generalização do comportamento econômico que nos sugere relações de causa e efeito que nos permite prever a ocorrência de efeitos se ocorrerem as respectivas causas. Já o raciocínio é uma mera relação lógica entre variáveis econômicas. Ora, é esse o caso da tese das vantagens comparativas. O que o raciocínio nos diz é apenas que o comércio entre dois países que produzem dois bens comercializáveis será útil para ambos mesmo que um deles tenha vantagem absoluta na produção dos dois bens se em um deles o país menos eficiente tem vantagens comparativas. Enquanto raciocínio, é correto. Nada a objetar. Mas dele não se pode concluir que quanto mais os países obedecerem a esse raciocínio no curto prazo mais se desenvolverão, porque é o contrário que se observou historicamente. Se no século XIX a Alemanha acreditasse no argumento dos economistas ricardianos que suas vantagens comparativas estavam na agricultura, não teria desenvolvido ainda naquele século uma indústria mais eficiente do que a britânica. Um raciocínio econômico é um exercício hipotético-dedutivo estático, enquanto teorias econômicas, especialmente aquelas que buscam compreender e orientar

o desenvolvimento econômico devem supor sistemas econômicos em constante transformação.

O que, sim, a teoria econômica nos diz é que o desenvolvimento econômico começa pela revolução industrial e se caracteriza pela industrialização. Assim, a doença holandesa é um obstáculo a esse desenvolvimento porque impede a industrialização. Ou, mais precisamente, porque impede a diversificação da economia e a transferência de mão-de-obra para setores com valor adicionado per capita mais elevados. Logo, quando falamos em “industrialização” e o associamos a desenvolvimento econômico estamos dando a esse conceito um sentido amplo. Há industrialização sempre que houver transferência de mão-de-obra para setores com valor adicionado per capita mais elevado. O aumento da produtividade, que é praticamente sinônimo de desenvolvimento econômico, ocorre através do aumento da eficiência da produção de um mesmo bem ou serviço, ou através da transferência da mão-de-obra para setores tecnologicamente mais sofisticados, que exigem mão-de-obra mais educada e treinada, e que por isso mesmo pagam maiores salários. Entre os dois métodos de aumentar a produtividade o segundo é ao que tudo indica o mais importante. À medida em que se desenvolvem os países vão deixando os setores com menor valor adicionado per capita para países menos desenvolvidos.

Quando a especialização em recursos naturais ocorre em um país pobre porque a doença holandesa torna economicamente inviável implementar atividades econômicas diferentes daquelas que a originam estamos na presença de uma doença porque, nesse caso, o país está limitando sua capacidade de criar empregos e renunciando à produção de qualquer bem com valor agregado per capita maior do que aquele existente nas commodities que ele produz e exporta. Quando um país de renda média que, para se industrializar, neutralizou a doença holandesa, mas em seguida, em nome de um liberalismo econômico equivocado, deixa de fazê-lo, ele entra em processo de desindustrialização prematura.

O modelo da doença holandesa pressupõe que a commodity que lhe dá origem tenha um valor adicionado per capita menor do que o da maioria dos setores de indústria manufatureira do país. Nem sempre, porém, esse pressuposto é

correto, mas daí não se pode concluir que doença holandesa não seja uma doença, não cause prejuízo para o país. Embora o valor agregado per capita da produção agrícola e mineral seja tradicionalmente menor do que o da produção industrial e dos serviços exportáveis, não é necessário que seja assim. Não há razão para que a produção agrícola e mineral seja sempre menos produtiva ou menos eficiente do que a produção manufatureira. Além disso, temos observado desde a década de 1970 um grande crescimento da produtividade agrícola em todo o mundo e, ao mesmo tempo, a produção mineral tem se tornado cada vez mais sofisticada tecnologicamente. Esse é inclusive o caso do petróleo que é o recurso natural que mais dá origem à doença holandesa. Entretanto, mesmo se essa exploração envolver um valor agregado per capita maior do que o de determinados setores da indústria manufatureira, haverá prejuízo para o país desde que esses setores ofereçam empregos que o setor de commodities que dão origem à doença holandesa não tem condições de oferecer. Por outro lado, o país estará renunciando a diversificar sua economia para outras atividades que já está apto a executar com conteúdo científico e tecnológico maior e – o que é ainda mais grave – está renunciando a todas as outras atividades que potencialmente poderia executar com maior valor agregado per capita.^{iv}

Em um país onde a doença holandesa tem sua origem principalmente nas commodities agrícolas, os partidários dessas commodities argumentam que devemos também considerar a produção industrial gerada por elas. Sem dúvida isso é verdade. Tendo em vista os custos de transporte, os países que produzem commodities tenderão a ter uma vantagem em produzir o bem industrializado complementar. Entretanto, a doença holandesa tem um efeito também sobre essa produção industrial: embora afetando esse tipo de indústria de transformação menos intensamente do que os outros tipos, ela também desencadeia a regressão da cadeia de produção e tende a tornar rentável somente a produção da commodity bruta, uma vez que é seu custo marginal que determina a taxa de câmbio. No caso dos recursos minerais, é também importante lembrar que eles não são renováveis.

Conceito ampliado de doença holandesa

A doença holandesa não afeta somente os países que exploram recursos naturais abundantes e baratos. Outra fonte da doença holandesa que está se tornando significativa é representada pelas remessas feitas por imigrantes; os países da América Central são particularmente afetados por ela (Acosta, Lartey e Mandelman 2007). A ajuda externa gera doença holandesa nos países mais pobres.

Há, entretanto, uma causa de doença holandesa em sentido ampliado que aumenta *dramaticamente* sua extensão aos países em desenvolvimento: o fato de o país ter mão-de-obra barata combinada com um “leque salarial” (salary-wage span), ou seja, uma diferença entre o salário médio de um engenheiro de fábrica e o de um peão substancialmente maior do que nos países ricos. Esta causa de doença holandesa inclui países como a China e a Índia, que não obstante se desenvolvem porque administram sua taxa de câmbio e neutralizam a doença holandesa. Nesse caso sua “gravidade”, ou seja, a diferença entre a taxa de câmbio de equilíbrio industrial e a corrente, não é muito grande, e pode, com certa facilidade, ser neutralizada.

Por que mão-de-obra barata mais a large difference between salaries and wages causa doença holandesa? Não porque o valor adicionado per capita na indústria é mais elevado do que no setor primário, mas porque, dentro da indústria manufatureira há setores com maior e com menor valor adicionado per capita. Ora, quando a taxa de câmbio é deixada livre em um país de mão-de-obra barata, havendo nesse país um wage-salary span muito maior do que nos países ricos, a taxa de câmbio será determinada pelas setores manufatureiros que utilizam pouca mão-de-obra especializada e poucos engenheiros, setores de baixo valor adicionado per capita, e os setores de maior valor adicionado per capita, que utilizam tecnologia mais complexa e pagam melhores salários serão inviabilizados. No caso da doença holandesa em sentido restrito um valor adicionado per capita maior na indústria do que na produção de commodities não era estritamente necessária, uma vez que os bens que dão origem à doença, em particular a indústria do petróleo, não são necessariamente produzidos com

menor intensidade científica e tecnológica do que os outros. Nesse caso só existe doença porque o setor petrolífero não tem capacidade de absorver a mão-de-obra do país. Já no caso da doença holandesa ampliada, só existe a doença porque ela impede a transferência de mão-de-obra para setores com maior valor adicionado per capita entre as empresas produtoras de bens comercializáveis.

Só haverá problema de doença holandesa originado nesse tipo de bem se o *leque salarial* existente no país, ou seja, a diferença média entre o ordenado de um engenheiro e o salário de um peão de fábrica for substancialmente maior do que o existente nos países ricos. Essa condição é importante porque se os salários forem igualmente baixos em todos os setores não haveria problema de doença holandesa. Mas o desenvolvimento econômico implica transferência de mão-de-obra para setores cada vez sofisticados tecnologicamente, com maior valor adicionado per capita e maiores salários. Neste caso a taxa de câmbio será determinada pelo setor de menor sofisticação tecnológica e menores salários médios, e inviabilizará a produção de bens mais sofisticados, que tenha valor adicionado per capita maior. Em outras palavras, como os setores que usam principalmente mão-de-obra barata têm um custo marginal menor do que o custo marginal dos setores mais sofisticados tecnologicamente, a taxa de câmbio será determinada pelos primeiros, e os demais setores não terão condições de se desenvolver. Os salários pagos nas indústrias mais sofisticadas são necessariamente maiores, pois elas usam mão-de-obra mais qualificada. Se no país em desenvolvimento a diferença salarial entre um engenheiro de fábrica e um trabalhador não qualificado fosse de aproximadamente quatro vezes, como é nos países ricos, o país produziria, com mão-de-obra barata, todo tipo de bens sem qualquer dificuldade, a não ser as técnicas e administrativas. No entanto, se esse leque salarial for mais amplo, for, como é muito comum em países em desenvolvimento, de 12 vezes, estaremos diante do caso da doença holandesa em sentido *amplo*, que, se não for neutralizado, inviabilizará os setores industriais com maior conteúdo tecnológico. Neste caso não temos rendas ricardianas como origem da doença holandesa, mas o diferencial de salários maior do que nos países ricos.

O conceito ampliado da doença holandesa não é a única razão, mas é certamente a razão fundamental pela qual os países asiáticos dinâmicos administram tão firmemente suas taxas de câmbio, impedindo sua apreciação. A China, por exemplo, nunca estaria exportando produtos cada vez mais sofisticados como o está fazendo se não administrasse sua taxa de câmbio. Ao fazer isso, ela mantém a taxa de câmbio no nível *necessário*, isto é, no nível da taxa de câmbio de equilíbrio industrial.

Doença holandesa e maldição dos recursos naturais

A doença holandesa é um problema contraditório; de um lado, os recursos naturais representam um enorme benefício para o país – sua exploração costuma ser a maneira pela qual um país em desenvolvimento realiza sua acumulação primitiva e pode começar a crescer. Mas além de uma bênção, eles são uma maldição, porque impedem o país de se industrializar e diversificar sua economia. Geralmente originada da descoberta de petróleo no país, a doença holandesa gera subitamente uma grande riqueza para o país atrasado que, não contando com os valores e instituições correspondentes a esse nível prosperidade, rapidamente mergulha na corrupção em torno das concessões de exploração e do imposto cobrado sobre sua exportação. Por isso muitos economistas fazem uma distinção entre a doença holandesa e a maldição dos recursos naturais: enquanto a doença holandesa seria uma falha de mercado (que geralmente compreendem mal e subestimam sua importância), a maldição dos recursos naturais resultaria de más instituições que facilitariam a corrupção ou da busca de rendas – fenômenos sabidamente comuns em sociedades atrasadas.^v Assim, dão mais importância ao problema institucional e moral, do que ao problema econômico fundamental: a sobreapreciação estrutural da taxa de câmbio. Sociedades marcadas pela desigualdade e a falta de coesão, inexistência de verdadeira nação, nas quais as instituições são mal definidas e o nível de corrupção alto, são a regra nos países pobres que não realizaram ainda sua revolução nacional e industrial, que ainda não formaram seu Estado-nação e se industrializaram, mas para que se desenvolvam mais importante do que

mudar suas leis e educar moralmente seus povos é colocar a taxa de câmbio no equilíbrio industrial e, assim, viabilizar seu desenvolvimento econômico.

Nessa linha de pensamento “institucionalista” cientistas políticos como Terry Karl (1997: XV, 6) se perguntam: “após se beneficiar da maior transferência de riqueza jamais ocorrida sem guerra, por que a maioria dos países em desenvolvimento exportadores de petróleo sofreu deterioração econômica e decadência política?” Que resposta ela deu ao “quebra-cabeça”? Ela responde à sua pergunta ignorando a taxa de câmbio e atribuindo o problema apenas às instituições fracas do país. Mesmo mostrando ter clara consciência da natureza contraditória das relações entre desenvolvimento econômico e mudança institucional, ela acaba por transformar a doença holandesa em uma consequência de instituições fracas: “Como a flecha causal entre desenvolvimento econômico e mudança institucional constantemente se move em ambas as direções, os resultados acumulados dão origem a trajetórias nacionais divergentes a longo prazo. Vistos nessa linha, efeitos econômicos como a doença holandesa tornam-se resultados de arranjos institucionais particulares e não simplesmente causas de declínio econômico”. Esse raciocínio não faz sentido, uma vez que a doença holandesa tem causas estritamente econômicas: ela não é causada por instituições fracas, mas por rendas ricardianas. Poderíamos atribuir seu erro ao fato de ser uma cientista política, mas os economistas convencionais também o praticam. Rodrik, Trebbi e Subramanian (2004), por exemplo, declaram a prevalência das instituições sobre os recursos naturais na compreensão do atraso econômico. Um pouco antes, este último e Sala-i-Martin (2003) fazem um longo estudo da Nigéria e concluem que as razões do seu atraso estão nas instituições corrompidas pela maldição dos recursos naturais, e não fazem uma única referência à sobreapreciação da taxa de câmbio existente no país.

Para evitar erros grosseiros desse tipo rejeitamos a diferença entre a doença holandesa e a maldição de recursos naturais. São o mesmo fenômeno, vistos de dois ângulos: o econômico e o moral. Quando o país é pobre, sua sociedade é desestruturada, suas instituições são fracas, e seus padrões de moral pública, baixos, suas elites corruptas, geralmente associadas aos interesses dos países

ricos, se apropriarão de parte das rendas ricardianas através do rent-seeking. Teremos doença holandesa e maldição de recursos naturais. Quanto mais pobre for um país e mais exposto estiver ele ao capitalismo global, mais desorganizada será sua sociedade, mais fracas serão suas instituições, mais difícil será governá-lo. Por outro lado, entre os países pobres, quanto mais rico for esse país em recursos minerais, maior será a probabilidade de ele ficar à mercê da corrupção e das guerras civis. Os estudos de Collier e Hoeffler (2004) e de Collier (2007) são conclusivos nesse sentido.

A causa fundamental da instabilidade política, da guerra civil, da corrupção e também da falta de democracia em países pobres está no fato de que, nesse tipo de país, a apropriação do excedente econômico não se faz no mercado, através dos lucros, mas na política, através do controle do Estado. Assim, para manter seu controle sobre o excedente econômico gerado nesse país as elites locais necessitarão estar no governo, necessitarão controlar o Estado. Não é surpreendente, portanto, que elites corruptas e autoritárias sitiem o Estado, estejam permanentemente tentando capturá-lo para servir a seus interesses. E que os regimes políticos sejam autoritários. Essa é uma das razões por que os países pobres se defrontam com a “armadilha da pobreza”.

Quando o país afinal logra neutralizar a doença holandesa e se industrializar, isto é sinal que também neutralizou a maldição de recursos naturais. A doença holandesa é um fenômeno essencialmente econômico que tem, naturalmente, consequências políticas e éticas. Distinguir doença holandesa e maldição de recursos naturais implica apenas desviar a atenção do problema econômico fundamental. Mesmo que acreditássemos que os grandes problemas dos países pobres são de ordem ética, que ignorássemos o caráter endógeno das instituições, e que acreditássemos que a decisão de realizar reformas institucionais resolveria os problemas éticos de um país, mesmo que adotássemos esse non-sense muito comum entre as elites educadas dos países ricos, e lográssemos graças a ele “moralizar” o país, o país objeto dessas crenças e políticas não se desenvolveria porque não estaria resolvendo seu problema econômico real: a sobreapreciação crônica da taxa de câmbio causada pela doença holandesa.

A doença holandesa é uma grave doença em meio à abundância. Na maioria dos países ela surge quando o país ainda é muito pobre, sua sociedade mostra pouca coesão e suas instituições são fracas. No começo, parece um maná vindo dos céus: seus aspectos negativos ainda não estão evidentes, pois o país ainda não tem possibilidade de diversificar sua economia. À medida que o tempo passa, porém, o país gradualmente se vê numa armadilha. Em lugar de seus recursos naturais provocarem crescimento, eles se transformam no grande obstáculo ao crescimento: um obstáculo que, como veremos, é muito difícil de ser superado, tendo em vista os problemas econômicos e políticos envolvidos. Desde a descoberta e início da exploração dos recursos naturais a nova riqueza de um lado aprecia a moeda nacional e, de outro, causa busca de rendas, e se torna uma grande fonte de corrupção. O problema é diferente quando um país rico, como os Países Baixos ou a Noruega, descobre recursos naturais. Como esses países têm mais recursos políticos para enfrentar o problema e o neutralizam devidamente, a moeda não se torna sobrevalorizada nem os salários se tornam artificialmente altos. E o país também não se torna engolfado pela corrupção.

Consequência internacional da neutralização

Qual o resultado da neutralização da doença holandesa? Se essa neutralização houver sido completa, o país deverá apresentar um superávit em conta corrente e um superávit público. A razão para o superávit em conta corrente se deduz da definição de taxa de câmbio de equilíbrio em conta corrente e de equilíbrio industrial. As exportações de commodities que originam a doença holandesa definem o nível de taxa de câmbio localizando-a no equilíbrio corrente, porque é esse nível que torna normalmente rentáveis as empresas que exportam essas commodities. As importações se ajustarão à demanda a partir dessa taxa de câmbio assim definida estruturalmente. A taxa de câmbio variará, naturalmente, em torno desse nível.

Neutralizar a doença holandesa significa deslocar a taxa de câmbio do equilíbrio corrente para o industrial; significa, portanto, passar de uma situação

de equilíbrio em conta corrente (se estiverem zeradas as entradas líquidas de capital) para uma de superávit em conta corrente, e, portanto, representa para o país passar para uma posição de investidor e credor internacional. De quanto deverá ser esse superávit? Isto dependerá da gravidade da doença holandesa, ou seja, da distancia entre a taxa de câmbio de equilíbrio corrente e a taxa de câmbio de equilíbrio industrial. Quanto maior for a diferença entre os dois equilíbrios, mais terá que ser o superávit em conta corrente.

Quanto ao orçamento público, não é tão óbvio que deva ser superavitário quando o país neutraliza sua doença holandesa. O modelo dos déficits gêmeos nos oferece uma primeira explicação para o fato. Se um país apresenta um superávit em conta corrente, isto significa que realizou uma poupança em relação ao resto do mundo, mas não significa que tenha sido o Estado que a realizou nas contas externas. Significaria isto se todo o imposto usado para neutralizar a doença holandesa houvesse sido aplicado no aumento de reservas ou no aumento do fundo soberano do país. O governo não terá necessidade de atrair capital para financiar déficits em transações correntes, já que estes não existirão; também não precisará, por consequência, elevar demasiadamente as taxas de juros sobre seus títulos; adicionalmente, se criar o fundo soberano, não terá que realizar operações de esterilização para reduzir a oferta de moeda, e, portanto, não receberá uma pressão oriunda do setor externo para elevar sua dívida pública. Entretanto, nos países em desenvolvimento, os políticos dificilmente concordarão em dar esse destino para todo o valor do imposto. Usarão uma parte senão toda a receita do imposto sobre as exportações para realizar despesas públicas demandadas pela sociedade. E, portanto, não haverá superávit público, mas o governo terá as condições necessárias para manter o déficit público em nível baixo e de manter a dívida pública sob controle.

Em relação às contas externas, porém, não há dúvida que um superávit em conta corrente é condição para que haja neutralização da doença holandesa. A falta de um superávit em conta corrente em um país que tem doença holandesa é sinal

seguro que esse país não está neutralizando esta falha de mercado e, portanto, que está aceitando um obstáculo maior ao seu desenvolvimento econômico.

Entretanto, da necessidade dos países em desenvolvimento de neutralizar sua doença holandesa surge um problema de desequilíbrio internacional fundamental. No momento em que todos ou mesmo um número grande de países lograrem neutralizar a doença holandesa, esses países apresentarão um superávit em conta corrente, que terá que ser compensado pelo déficit em conta corrente dos países que não a têm. Logo, se todos os países com doença holandesa lograssem neutralizar sua doença holandesa, isto significaria que todos os países sem essa doença (principalmente os países ricos) teriam déficits em conta corrente de valor correspondente. Em consequência, no caso dos países ricos sem doença holandesa, não haveria alternativa para eles senão transferir a propriedade de ativos para residentes nos países que neutralizaram a doença holandesa. Isso não significa, naturalmente, que os países deficitários enfrentarão grandes problemas. Eles continuarão ricos e continuarão a crescer, mas o *catching up* estará acontecendo, e, além do reequilíbrio dos fluxos de renda entre os países, os estoques de riqueza também tenderão a se reequilibrar. Naturalmente a resistência política dos países a esta consequência já são e continuarão a ser muito grandes. O desinteresse de seus economistas pela teoria da doença holandesa, a confusão que criam ao pretender que o problema dos recursos naturais seja de ordem institucional e moral ao invés de econômico, e, mais amplamente, sua resistência em considerar a taxa de câmbio no desenvolvimento econômico são indicações dessa resistência.

Em relação aos países pobres sem doença holandesa, o problema é mais grave, mas são poucos os países nessas condições, porque se um país nessas condições não tiver recursos naturais abundantes e baratos para exportar, terá mão-de-obra barata e uma grande dispersão salarial – e, terão, portanto, como definimos anteriormente, doença holandesa em sentido amplo que poderão neutralizar administrando a taxa de câmbio (como fazem geralmente os países asiáticos) e, assim, também alcançar superávit em conta corrente ou, pelo menos, equilíbrio.

Ao que tudo indica, os países com doença holandesa estão aos poucos atentando ao seu problema e à solução necessária envolvendo a taxação das commodities que originam a doença holandesa. Por isso deixam de contabilizar déficits em conta corrente, e passam a ter superávits. De fato, já é possível ver sinais de que algo nessa direção começa a ocorrer. Por enquanto, a doença holandesa está neutralizada apenas parcialmente em muitos países exportadores de commodities. Como desconhecem essa doença, adotam o imposto de exportação somente por razões fiscais, mas em consequência também reduzem a sobreapreciação de sua moeda, já que as empresas exportadoras que pagam o imposto passam a necessitar de uma taxa de câmbio mais depreciada para poderem exportar com lucro. Mas, mesmo assim já estamos vendo nos países produtores de petróleo grandes superávits em conta corrente e a formação de grandes fundos de investimento soberanos.

ⁱ Neste segundo caso estão países de renda média como o Brasil. Este industrializou-se entre 1930 e 1980 através do uso de diversos mecanismos de neutralização da doença holandesa, geralmente envolvendo taxas múltiplas de câmbio. Entretanto, a partir de 1990 liberou sua conta comercial e financeira, e a desindustrialização prematura instalou-se no país (Bresser-Pereira 2009: chap.6).

ⁱⁱ Conforme assinalou Gabriel Palma (2013: 51-52) nesse mesmo paper, na América Latina, a partir dos anos 1990, a doença ou síndrome da holandesa “foi basicamente o resultado de um programa radical (extremadamente rígido e sem qualquer pragmatismo) de liberalização comercial y financeira, empreendido no contexto de um processo geral de mudança institucional”.

ⁱⁱⁱ As "maquiladoras" são originalmente as empresas manufatureiras que foram criadas na fronteira do México com os Estados Unidos para aproveitar a mão-de-obra barata. O processo produtivo transferido para o México era muito simples, não exigindo mão-de-obra qualificada nem contribuindo para o desenvolvimento tecnológico.

^{iv} Observe-se que não estamos levando em conta um grande número de outros efeitos negativos decorrentes da especialização na commodity que dá origem à doença holandesa como concentração de poder político e econômico ou aumento da vulnerabilidade da economia – assim como questões distributivas entre os vários setores da sociedade.

^v Sachs e Warner (1999), Baland e François (2000, 2001), Torvik (2001) Larsen (2004).